

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Diário Gde ABC

CLASS. : 36

DATA : 08 09 88

PG. : 6

Ministério Público processa a Funai e sete madeireiras

BRASÍLIA - Madeireiros que estavam atuando na Reserva Biológica do Guaporé, em Rondônia, foram presos pela Polícia Federal por determinação do juiz federal Odilon de Oliveira. Impedidos por decisão judicial de retirar madeira das áreas indígenas de Rondônia e Mato Grosso, enquanto a Funai está sendo processada pelo Ministério Público depois de ter sido acusada pelos próprios índios de ter firmado contratos ilegais, os madeireiros invadiram a reserva biológica do IBDF que pediu providências ao governo de Rondônia.

A Procuradoria-Geral da República está conduzindo o processo contra a Funai que envolve sete madeireiras: Serdil; Indústria e Comércio de Madeiras Conte Ltda; Indal; Indústria Meil Florestal da Amazônia Ltda; Madeireira Nordeste; Unimar e Madeireira Urupa S.A. No processo, o procurador Antonio Carlos Pessoa Lins assinala que os contratos firmados estabeleciam o pagamento à Funai em obras de engenharia - abertura de estradas e recuperação de postos indígenas - envolvendo recursos

insignificantes diante do preço da madeira retirada - mogno e cerejeira, principalmente.

O antropólogo e ex-diretor da Funai, Ezequias Heringuer Filho, afirma que um levantamento preliminar realizado em Rondônia, Mato Grosso, Amazonas e Pará, indicou que pelo menos um bilhão de dólares em madeira já foram retirados das reservas indígenas. Só na área indígena Aikana, em Rondônia, foram retirados além de outras madeiras de lei, 45 mil metros cúbicos de mogno, e cinco mil m³ de cerejeira.

No processo movido pelo Ministério Público ficou constatado que as madeiras que firmaram contrato com a Funai não estavam cadastradas junto ao IBDF à exceção da Industrial Meil Florestal da Amazônia Ltda. As demais estavam funcionando ilegalmente. O procurador da República e coordenador de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana no Mato Grosso, Moacir Mendes Sousa, acusa a Funai de ter firmado contratos ilegais, sem autorização legislativa e sem avaliar o potencial da madeira extraída e realizar a licitação.